
Cultura Surda: engendramento de particularidades

Kenya J. Marcon



Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/pontourbe/604>

DOI: 10.4000/pontourbe.604

ISSN: 1981-3341

Editora

Núcleo de Antropologia Urbana da Universidade de São Paulo

Refêrencia eletrónica

Kenya J. Marcon, « Cultura Surda: engendramento de particularidades », *Ponto Urbe* [Online], 12 | 2013, posto online no dia 31 julho 2013, consultado o 22 setembro 2020. URL : <http://journals.openedition.org/pontourbe/604> ; DOI : <https://doi.org/10.4000/pontourbe.604>

Este documento foi criado de forma automática no dia 22 setembro 2020.



This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.

Cultura Surda: engendramento de particularidades

Kenya J. Marcon

REFERÊNCIA

ASSIS SILVA, César Augusto de. *CULTURA SURDA: Agentes Religiosos e a Construção de uma Identidade*. São Paulo: Terceiro Nome, 2012.

- 1 Como desdobramento de uma meticulosa pesquisa documental, etnográfica e historiográfica, o antropólogo César Augusto de Assis Silva conduz o leitor a recompor um conjunto de fatos, acontecimentos, contextos e personagens que conformaram e vem conformando o engendramento da surdez como particularidade étnico-linguística. Lançada no final de 2012 pela Editora Terceiro Nome, a obra reproduz a tese de doutoramento do autor e está inserida na coleção *Antropologia Hoje*, resultado de uma parceria entre essa editora e o Núcleo de Antropologia Urbana da Universidade de São Paulo, onde está vinculado o Grupo de Estudos Surdos e da Deficiência - GESD, cuja coordenação está sob responsabilidade de Assis Silva desde 2008. O autor dá início à sua pesquisa sobre os surdos na graduação, cursada na Universidade de São Paulo em 2001, mantendo o tema no doutorado e no pós-doutorado que desenvolve no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – CEBRAP desde 2011.
- 2 Diante de uma composição textual bastante clara e objetiva é ofertada ao leitor a possibilidade de atualizar e compreender as minuciosas narrativas construídas sobre o presente etnográfico, através de dados e análises que apontam para a operacionalização de uma descontinuidade entre surdos e ouvintes que produz a diferença em termos étnico-linguísticos.
- 3 A maneira como a obra está disposta sugere assertivamente uma apreciação argumentativa progressiva, contínua, concomitante e complementar. *CULTURA SURDA: agentes religiosos e a construção de uma identidade* inicia-se com a apresentação de uma controvérsia contemporânea criada a partir do choque de duas concepções normativas

da surdez. O intuito da controvérsia é apontar quais instâncias discursivas devem ser consideradas no processo de construção de sujeitos por meio de disciplinas e normatividades históricas, produzidas em relações definidas de saber-poder que assinalam a condição audiológica como forma de reconhecimento de identidades.

- 4 É, portanto, na Introdução, através da controvérsia apresentada e do diálogo com a teoria foucaultiana, que Assis Silva localiza alguns dos contextos discursivos em que a audição é tomada como referência para a percepção de si e, concomitantemente, para a produção da diferença. Em cada relação de saber-poder, afirma o autor, a diferença pela audição é produzida contextualmente, seja focalizando desde a intervenção biomédica no corpo surdo até a afirmação e performatização de uma particularidade étnico-linguística.
- 5 Assis Silva é bastante cuidadoso na abordagem de categorias classificatórias e identitárias, pois postula que a cada relação produtora de pessoas diferenciadas pela audição corresponde um léxico específico de termos de designam não só posições de sujeitos, mas também “formas disciplinares de regulação da surdez” (ASSIS SILVA, 2012, p. 23).
- 6 Assim, o autor demonstra haver entre os termos *ouvinte* e *surdo* uma série de registros terminológicos históricos e contemporâneos que geram tensão em diferentes instâncias de poder, configurando uma hierarquização de termos mais ou menos legítimos de acordo com quem fala, onde fala, sobre o que fala e para quem se fala. Nesse registro, Assis Silva afirma maior estabilidade de alguns termos, especialmente aqueles inseridos no processo por ele designado como “afirmação e performatização da surdez enquanto particularidade étnico-linguística”, uma nova normatividade sobre a qual o autor investe, de fato, sua análise.
- 7 Para Assis Silva, essa normatividade vinculada à surdez surge no Brasil a partir dos anos 1980/1990 e adquire maiores proporções com o reconhecimento jurídico da *língua brasileira de sinais – a libras* - em 2002. A afirmação da condição sócio antropológica da surdez como particularidade depende fundamentalmente da institucionalização e do reconhecimento da *libras* como especificidade que marca culturalmente a diferença e caracteriza, com base nela, um tipo particular de comunidade, a *comunidade surda*.
- 8 No escopo da análise, Assis Silva ainda demonstra a importância que tem a narrativa mítica que agrega surdos do Brasil e do mundo frente à consolidação da particularidade étnico-linguística, mesmo que essa narrativa apresente especificidades doutrinárias em cada religião. Há ainda que se considerar, segundo o autor, a importância dos rituais para atualizar e reafirmar uma disciplina espacial e corporal que marque as fronteiras que separam, em termos de *língua e cultura*, os surdos dos ouvintes.
- 9 Tanto o período de tramitação da lei que reconhece a *libras* quanto o movimento que lhe foi oriundo e posterior compõem, na análise do autor, o cenário de atuação articulada de religiosos, representantes do movimento social, acadêmicos e profissionais no mercado que representam posições sociais plenamente intercambiáveis. A atuação de agentes com trajetória religiosa no movimento social e/ou na academia e/ou no mercado possibilita a assunção de uma ou outra posição social, conforme o contexto da interação e as exigências institucionais previamente colocadas. Grande parte da produção acadêmica sobre os surdos que compõe objeto de análise do autor é produzida por agentes com trajetória religiosa, bem como a posse em cargos

públicos e institucionais relativos à surdez em muitos casos também fica sob responsabilidade desses agentes, que ora se valem da insígnia religiosa, ora não.

- 10 Para examinar como se dá esse trânsito entre posições sociais e contextos institucionais que permite aos agentes valer-se de discursos e categorias que são, de certa forma, também intercambiáveis, Assis Silva concentra sua análise nas religiões católica, protestante – especialmente a Luterana e a Batista – e nas congregações dos Testemunhas de Jeová, respectivamente no primeiro, segundo e terceiro capítulos da obra. No quarto capítulo ele resgata parte da discussão envolvida nos três primeiros e localiza como se dá o trânsito desses agentes religiosos na academia, no movimento social e no mercado, considerando as particularidades de doutrina e atuação frente à surdez no Brasil.
- 11 Não cabe aqui apresentar sumariamente todos os argumentos utilizados por Assis Silva, pois o especial atrativo de sua obra é a riqueza de detalhes que, inevitavelmente, se perderia na concisão característica de uma resenha. Vale, no entanto, a apreciação de alguns pontos centrais que distanciam a atuação dos agentes religiosos e, ao mesmo tempo, sustentam, em suas complementaridades, uma base discursiva e de ação política que atinge diferentes instâncias de poder e que engendram a particularidade étnico-linguística na surdez.
- 12 A Igreja Católica, embora tenha uma relação de longa duração com a surdez no Brasil, especialmente ao se considerar as instituições educacionais especiais para os surdos, apresenta bastante heterogeneidade nas formas de inserção de surdos nos rituais católicos, haja vista o caráter fixo e estável exigido da oralidade, marca do catolicismo e que não pode ser transposta completamente para a sintaxe espacial, e não linear, da *libras*, como tecnicamente demonstra o autor. Além disso, essa heterogeneidade relativa à inserção de surdos repercute na utilização de categorias classificatórias que nem sempre contribuem para a afirmação e performatização pública da reivindicação de particularidade. A partir dos relatos etnográficos apresentados pode-se perceber a utilização indistinta de terminologias que escapam ao registro da *língua* e da *cultura* conformando os surdos como diferentes dos ouvintes. Ainda sobre a Igreja Católica, cumpre ressaltar sua estreita relação com associações e, em decorrência disso, o papel integrador que festas e eventos desportivos desempenham na formação de redes de sociabilidade entre os surdos.
- 13 Quanto às igrejas protestantes, Assis Silva diferencia apenas duas vertentes de análise. Na primeira o autor dá enfoque à Igreja Evangélica Luterana do Brasil e sua função preconizadora na crítica à compreensão da surdez como deficiência, reivindicando o estatuto de diferença no registro da educação e da comunicação total. Enquanto os católicos voltados à educação para surdos eram majoritariamente de formação teológica, os agentes de trajetória luterana voltados à educação se diferenciaram pela inserção em universidades brasileiras e norte-americanas, valendo-se dos discursos acadêmicos para apoiar suas práticas educacionais e modificar a compreensão social da surdez. Ancorados na linguística, na pedagogia e na psicologia, os luteranos lançam as bases argumentativas de uma economia linguística que atesta a particularidade étnico-linguística dos surdos, mas o alcance dessas ideias fica bastante restrito haja vista a quantidade limitada de adeptos dessa igreja no Brasil.
- 14 Na outra vertente do protestantismo, o autor destaca as congregações batistas filiadas à Convenção Batista Brasileira que compreendem os surdos inseridos num projeto missionário, uma vez que a diferença em termos de audição os teria caracterizado

historicamente como “povo não alcançado”, “povo que desconhece a palavra de Deus”. Nessa chave de compreensão, os intérpretes são figuras de destaque, uma vez que são eles os missionários responsáveis por evangelizar os surdos, além disso, há uma série de minúcias que compõem uma disciplina espacial e corporal que organiza e produz as diferenças entre surdos, intérpretes-missionários e ouvintes. Por vincular os surdos à prática de base missionária, as igrejas batistas planejam ações em espaços de reconhecida sociabilidade de surdos, a fim de alcançá-los. O destaque conferido aos intérpretes nas igrejas batistas estende-se amplamente para as igrejas pentecostais e neopentecostais devido ao grande fluxo de práticas e de fieis entre essas denominações religiosas. Estende-se ainda à igreja católica, que busca suprir suas falhas e heterogeneidades recorrendo a profissionais intérpretes de trajetória batista, justamente à procura de formação baseada nessa disciplina espacial e corporal.

- 15 Há algumas diferenciações em relação à postura assumida por Testemunhas de Jeová frente à comunidade surda. A primeira delas refere-se à progressiva não utilização de intérpretes em suas reuniões, pois eles buscam a formação de congregações com maioria de surdos que assumem a *libras* como meio fundamental de comunicação, sem marcar distinções entre ouvintes e surdos. Outra diferença consiste naquilo que a doutrina define como rastreamento, um processo de identificação casa a casa dos surdos pertencentes a cada região, através da atividade já característica de evangelização nas residências. Há ainda que se considerar a centralidade das publicações para a evangelização como forma de incentivo à intensa produção de material destinado aos surdos.
- 16 Por meio do destaque de algumas distinções na compreensão da surdez e na atuação frente aos surdos das religiões consideradas no livro, percebe-se certa complementariedade entre as diferentes instituições consideradas na análise de Assis Silva. Há evidente conexão entre atuação religiosa frente à surdez, poder e representação política em associações e federações relativas à surdez, inserção na rede de sociabilidade dos surdos e expressividade no mercado de intérpretes.
- 17 Quanto mais impactante for a performatividade associada aos surdos e à comunidade surda, maior o alcance das políticas e maior a participação dos intérpretes nos contextos públicos da sociedade, conformando propriamente um mercado. Como mediadora entre as diferentes instâncias religiosas, educacionais, políticas, profissionais, midiáticas e mercadológicas define-se a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos - Feneis como instituição laica de maior representatividade dos surdos. À frente do movimento de reconhecimento jurídico da *libras* como língua, a Feneis, surgida em 1987, conquista um espaço de autoridade e interlocutora legítima que reúne os surdos brasileiros sob a rubrica de sujeitos de direito.
- 18 Nesse contexto, a Feneis ocupa posições e cargos políticos em diferentes setores do governo e da sociedade civil organizada, tornando-se a principal fonte de diálogo com a academia e meio de divulgação dessas produções acadêmicas, num diálogo em que os interlocutores se reforçam mutuamente e, em contrapartida, reforçam a compreensão da surdez como particularidade étnico-linguística.
- 19 É especialmente no contexto da Feneis que as insígnias religiosas são subsumidas em favor de uma atuação política e profissional. O que acontece, de certa forma, também na perspectiva do mercado, mas nessa instância há prerrogativas que dependem da distinção de trajetória dentro da instituição religiosa, pois em algumas interações o

preço a se pagar pela atuação do intérprete está vinculado diretamente a essa trajetória, ficando, pois, mais flexível o uso ou não da insígnia.

- 20 Depreende-se dos sucintos pontos aqui ressaltados o quão profícua é a leitura da obra de Assis Silva, que problematiza e, problematizando, sintetiza algumas relações nem sempre observáveis entre agentes religiosos, políticos e profissionais no mercado que vem engendrando a surdez como particularidade étnico-linguística no cenário dos surdos do Brasil.

AUTOR

KENYA J. MARCON

Kenya J. Marcon é Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Paulo e professora na Universidade de Taubaté. Email: kenyajmarcon@gmail.com